

O novo ensino médio: cenário de formulação das políticas públicas na educação uma perspectiva na SEDUC- AM em 2019/2020

The new high school: scenario of formulation of public policies na education a perspective in SEDUC-AM in 2019/2020

Wilka Monnah Cordeiro Barbosa

Doutora em Ciências da Educação na Universidad de La Integración de Las Américas - UNIDA - PY.; Graduação em Pedagogia, especialização em Gestão da Educação com ênfase em Administração e Supervisão e Mestrado Acadêmico em Biologia Urbana, Nilton Lins em Manaus - AM. Pedagoga na Secretaria de Estado de Educação e Desporto - SEDUC/AM.

Juan Alberto Beranger

Docente, Investigador, Escritor, Par Evaluador, Conferencista, Panelista, Consultor. Dr. en Ciencias Políticas, Master en Educación Superior, Licenciado en Ciencia Política. Posee especializaciones en Defensa como egresado de la National Defense University, Center for Hemispheric Defense Studies, Washington DC, USA, Posee una especialización en Theory and Tools in Negotiation – CMI International at Harvard Faculty; Ex Rector de la Universidad Americana (Asunción, Paraguay; Ha participado como Jurado en diversas Mesas de Defensa de Tesis; Es profesor en la Academia Diplomática y Consular del Paraguay y diversas Universidades. Professor/orientador UNIT/Brasil-UNIDA/PY.

DOI: 10.47573/aya.5379.2.68.26

RESUMO

O estudo é voltado a apreender as implicações da reforma do Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017, no Brasil e no estado do Amazonas, dentre os anos de 2017 a 2019. Buscou-se ainda verificar a relação das políticas educacionais e sua relação com a crise econômica estrutural que ultrapassam as fronteiras brasileiras e impactam a economia de todos os países, o que pode ter acarretado consequências sociais negativas sobre a garantia do direito à educação. Posto esse cenário, procurou-se identificar no estado do Amazonas os tipos de mudanças na forma, no conteúdo e na finalidade do Ensino Médio em comparação com o quadro brasileiro. A pesquisa quali- quanti organizou-se em cinco etapas articuladas entre si: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas com pedagogos, análise dos dados e a proposta e/ou sugestão para organizar o trabalho pedagógico da escola. Foi feito o levantamento bibliográfico buscando fundamentar o contexto econômico e das políticas e reformas voltadas para o Ensino Médio, desde a década de 1990, como financiamento, gestão, currículo, avaliação e o trabalho docente. Em continuidade, a pesquisa documental foi realizada com o propósito de caracterizar e analisar as alterações que as propostas para organização do Ensino Médio promoveram referente ao currículo, à estruturação dos tempos de aula e à avaliação tanto em nível nacional quanto no Amazonas. Os documentos adquiridos abrangeram portarias, resoluções, medidas provisórias, decretos, leis e demais documentos que tem correlação com o Ensino Médio. A análise coube a interpretação das leituras, documentos e entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Os resultados permitiram compor a proposta de intervenção que versa sobre a importância do trabalho pedagógico que requer uma teoria que compreenda a escola e suas nuances, bem como melhor organização da formação de professores para didáticas de ensino e a avaliação sobre os resultados alcançados. Todo esse processo deve ser planejado com vistas à formação continuada dos professores e a garantia do direito de aprender a pensar criticamente dos adolescentes e jovens da escola.

Palavras-chave: ensino médio. políticas educacionais. currículo. privatização.

ABSTRACT

The study is aimed at apprehending the implications of high school reform by Law No. 13,415/2017, in Brazil and the state of Amazonas, between the years 2017 to 2019. We also sought to verify the relationship of educational policies and their relationship with the structural economic crisis that go beyond Brazilian borders and impact the economy of all countries, which may have had negative social consequences on the guarantee of the right to education. After this scenario, we tried to identify in the state of Amazonas the types of changes in the form, content and purpose of high school compared to the Brazilian staff. The qualiquantitative research was organized in five stages articulated with each other: bibliographic survey, documentary research, interviews with pedagogues, data analysis and the proposal and/or suggestion to organize the pedagogical work of the school. A bibliographic survey was carried out, seeking to support the economic context and policies and reforms aimed at high school since the 1990s, such as financing, management, curriculum, evaluation and teaching work. In continuity, the documentary research was carried out with the purpose of characterizing and analyzing the changes that the proposals for high school organization promoted regarding the curriculum, the structuring of class times and evaluation both at the national level and in the Amazon. The documents acquired covered ordinances, resolutions, provisional measures, decrees, laws and other documents that are correlated with high school. The analysis was the interpretation of readings, documents and interviews with the research subjects. The results allowed to make up the intervention proposal that deals with the

importance of pedagogical work that requires a theory that understands the school and its nuances, as well as better organization of teacher training for teaching didactics and evaluation of the results achieved. This whole process should be planned with a view to continuing teacher training and ensuring the right to learn to think critically of school adolescents and young people.

Keywords: high school. educational policies. curriculum. privatization.

INTRODUÇÃO

A educação transita em vários vieses e busca se adequar as novas tendências sociais, como um sistema que exige transformações, cabe aos pensadores e articuladores da educação uma oportunidade de rever pontos de fraqueza e acionar melhorias baseados na experiência e no compartilhamento de ideias. Não é novidade que a educação tem que trilhar novos caminhos e se reconfigurar na busca da qualidade.

A pesquisa realizada apreendeu as reformas transcorridas no Ensino Médio em nível nacional e no estado do Amazonas e pode-se visualizar a indução das mudanças na forma, no conteúdo e, em especial, na finalidade do Ensino Médio. Algumas interrogações conduzem a investigação: Até que ponto a reforma do ensino médio, proposto pela lei nº 13.415/2017, incentiva a construção de propostas inovadoras que assimilem um currículo dinâmico e flexível pela escola pública descolado do financiamento das metas para a universalidade do ensino médio? Em que medida o cenário mundial interfere nas formulações das políticas educacionais brasileiras? Historicamente, como situar as políticas educacionais brasileiras?

Assim, assume-se como escopo geral entender as pressuposições da reforma do ensino médio com a lei nº 13.415/2017, o financiamento das metas e a relação com a flexibilização curricular e como isso pode garantir o direito à educação. São objetivos específicos: Caracterizar o cenário mundial, as implicações com as formulações das políticas públicas brasileiras e a relação com a lei nº 13.415/2017; Analisar as políticas públicas no Brasil relativas à crise estrutural e aos efeitos sobre a educação e o Ensino Médio; Apresentar a nova reforma do Ensino Médio brasileiro com a lei nº 13.415/2017 e as consequências sociais para o estado do Amazonas.; Contribuir com uma proposta pedagógica que contemple a formação integral dos jovens, considerando as necessidades juvenis e a expectativa de inserção no mundo do trabalho.

O levantamento bibliográfico buscou fundamentar o contexto econômico e das políticas e reformas voltadas para o Ensino Médio, partindo dos anos 1990, com a pauta sobre financiamento, gestão, currículo, avaliação e o trabalho docente.

A pesquisa documental foi realizada com o propósito de caracterizar e analisar as alterações que as propostas para organização do Ensino Médio têm com relação ao currículo, a estruturação dos tempos em sala de aula e avaliação, tanto em nível nacional quanto no Amazonas. Compreendeu-se em conjunto, portarias, resoluções, medidas provisórias, decretos, leis e documentos que tem correlação com o Ensino Médio.

Vê-se, portanto, que tal processo foi disparado em 2009. Desde essa época, tornou-se ainda mais forte a lógica de mercado, visto pelas sucessivas mudanças no currículo, avaliação e suas formas, gestão escolar, trabalho docente, política salarial, carreira docente, planejamento

e trabalho coletivo.

Pode-se visualizar que o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), em 2009, forjou as bases que culminou na reforma com a Lei n. 13.415/2017, colocando a educação em um retrocesso análogo ao tecnicismo posto pela Ditadura Militar, que restringe a formação cultural da escola ao desenvolvimento cognitivo, retirando o direito ao desenvolvimento integral e, portanto, da construção da autonomia intelectual. Todo esse processo pode possibilitar a maior participação da sociedade para construir a escola e suas nuances sob pautas mais justas e menos desiguais.

Pereira (2018) descreve que houve um redesenho curricular no programa ensino médio inovador, envolto a condição e recontextualizações políticas foi dado um olhar para a realidade do ensino médio, com o critério investigativo de suas aplicações.

A proposta pedagógica versa sobre a importância do trabalho educacional que requer uma teoria que compreenda a escola e sua infraestrutura, bem como a organização da formação de professores, a didática de ensino e a avaliação sobre os resultados alcançados com vista à formação continuada dos professores e a garantia do direito de aprender a pensar criticamente dos adolescentes e jovens da escola.

Com vista a analisar as transformações ocorridas no campo da educação de um modo geral, e com ênfase no Ensino Médio. Sussekind (2019) destaca que o novo ensino médio com a BNCC se constitui uma reforma que cria debates acerca de sua formulação e meios de reformas arrogantes, indolentes e que precisa ser mais esclarecido para quem está na ponta da cadeia, o professor.

A exposição do contexto macroestrutural desde a década de 1970 e apresenta conceitos-chaves que cercam a compreensão do objeto de pesquisa. Da mesma maneira resultou na formulação de Estado, a reformulação do capitalismo, as alterações do papel do Estado com relação às políticas sociais e o avanço do sistema capitalista na apropriação da coisa pública.

O trabalho contribui para que pedagogos possam entender melhor o seu trabalho e assim, articular dentro das condições da sua escola, um trabalho ordenado, embasado cientificamente e comprometido com o direito à educação.

A REFORMULAÇÃO CAPITALISTA E SEUS REFLEXOS NA REFORMA EDUCACIONAL DO ESTADO

No final do século XX, o capitalismo dispara um intenso processo de reestruturação e integração econômica e, funda-se no paradigma liberal, em que o Estado se limita a regulamentar as ações sociais sem intervir nas políticas públicas de luta contra a miséria e desigualdade social. Segundo Libâneo; Oliveira; Toschi, (2012), o paradigma liberal remonta o ideal de isonomia dos gregos, que ressurgiu com força no Iluminismo com as ideias de Rousseau, as quais servem de mola propulsora para a Revolução Francesa.

Em seguida, elas são retomadas pelo novo liberalismo/social-liberalismo. Após a Segunda Guerra Mundial, adota-se o estatismo como forma de garantir igualdades de condições materiais de existência, isso ao conceder aos indivíduos as mesmas condições de oportunidades. De igual modo, também pretendia-se subsidiar o desenvolvimento social ainda que esse

dependesse da democracia política, que, por sua vez, exige algum nível de democracia social, econômica e cultural.

A reformulação capitalista e seus reflexos na reforma educacional do estado

Mediante a crise enfrentada pelo capitalismo, emerge um processo de reengenharia e prescrição de uma nova ordem mundial, nomeada de globalização.

Segundo Libâneo (2015, p. 44), em países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, “rompe-se as fronteiras comerciais, ampliam-se as grandes fusões entre empresas transnacionais, amplia-se a circulação do capital financeiro”. A partir dessa premissa, é possível perceber que um novo modelo econômico salta - o neoliberalismo¹ – pede um Estado subordinado às leis do mercado, com vistas à lucratividade, ainda que em detrimento às políticas sociais de inclusão. Nesse contexto, o sistema econômico refaz-se em sua lógica predatória, sobretudo, nos países da América Latina, como explica Frigotto:

No plano socioeconômico [neoliberalismo], centrado no monopólio crescente das novas tecnologias microeletrônicas associadas à informática, rompe com as fronteiras nacionais e globaliza-se de forma violenta e excludente sem precedentes. Globaliza-se, sobretudo, o capital financeiro especulativo que dilapida os fundos públicos nacionais, particularmente das economias do Hemisfério Sul. [...] A nova base científico-técnica, assentada sobretudo na microeletrônica e incorporada ao processo produtivo, permite que as economias cresçam, aumentem a produtividade, diminuindo o número de postos de trabalho. O desemprego estrutural deste fim de século demarca não apenas o aumento do exército de reserva, mas especialmente o excedente de trabalhadores, [...]. Sob a vigência de relações de propriedade privada, isto significa da miséria, da fome e da barbárie social. Frigotto (1998, p. 13, grifos nossos).

O neoliberalismo de mercado assenta-se nos argumentos de que a educação pública pouco contribuiu para o desenvolvimento econômico. Em tese, isso dificulta o avanço da capacitação e da aquisição dos conhecimentos científicos-tecnológicos, já que a expectativa do trabalhador, nesta perspectiva, reduz-se ao setor produtivo.

Decerto é primordial reconhecer que o capitalismo e sua simbiose com o Estado sua ascensão e desdobramentos requerem um exame histórico, ainda que breve para compreender a atual fase e impasses. Segundo Bernardo (2009), na atual fase do capitalismo, o Estado define-se sob dois pressupostos: o Estado amplo e o Estado restrito.

O recurso do fundo público e a manutenção do sistema educacional sob a égide do capital

Apreender o sentido das reformas brasileiras hodiernas é essencial, na área social, em especial, porque a reforma do Ensino Médio pede que se tome as condições em que ocorrem as mudanças, tanto quanto ao papel do fundo público e seus respectivos impactos.

Segundo Salvador (2010), o marco legal que demarca o uso do fundo público como mecanismo de financiamento das políticas públicas sociais brasileira dá-se com a Constituição Federal do Brasil de 1988, posto que permitiria a isenção e a transparência do processo de aplicação do recurso financeiro.

O fundo público se constitui um mecanismo contraditório e, ao mesmo tempo, estrutural, pois o Estado ao apropriar-se da parcela significativa da mais-valia assegura as condições

de produção, bem como assegura as condições para acumulação capitalista (BEHRING, 2004; OLIVEIRA, 1998).

Salvador (2012) explica que o Estado condensa a capacidade de mobilizar o fundo público como mecanismo de intervir, na economia, por meio das empresas públicas, da política monetária e fiscal, além de fazer uso do orçamento público. E como se gera o fundo público? Conforme Salvador e Teixeira (2014, p. 16-17), [...] é por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida.

Os danos são imensuráveis e criam uma grande onda de exclusão ao acesso à dignidade humana, já que abre um nicho a ser explorada pelo setor privado com a venda de seguridade social em que o direito passa para a categoria de serviços a serem comprados por quem pode obviamente, aprofundando a mercantilização os direitos sociais.

Com a crise do capital e a prescrição de uma agenda, para os países subdesenvolvidos, mediadas pelos organismos e agências internacionais, para adequação da educação aos interesses do Capital e de sua meta com o lucro, revela a luta de classes nos marcos legais, a exemplo da Lei n. 13.415/2017.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia que se utilizou no trabalho tem início com a pesquisa bibliográfica para compor o levantamento o referencial adotado, a pesquisa documental e a análise. Já sobre a parte de campo, o instrumento de pesquisa para a realização foi à entrevista semiestruturada, que se aplicou em sujeitos pedagogos - que permitiu confrontar os resultados com o debate teórico corrente na franja das ciências sociais.

O assunto que justificou tais passos foi a perspectiva de que a aprendizagem e o ensino estão entrelaçados como elaboração do mundo e possibilidade de intervenção social (SEVERINO, 2016). Portanto, trata-se a pesquisa também como um princípio educativo e de elaboração de conhecimento científico capaz de reinventar o mundo social (DEMO, 1995).

A ciência, de um modo geral, é como a sociedade moderna convencionou construir o conhecimento e validá-lo. Segundo Japiassu (1992), o conhecimento científico exige rigor e reconhecimento de critérios provados anteriormente, dando origem as teorias atualmente consolidadas. Pelas características do problema apresentado, optou-se no Desenho Metodológico da pesquisa, pelo delineamento não experimental, como estudo de campo, utilizando fontes primárias sob o fio da abordagem mista para interpretar os dados (CHIZZOTTI, 2006).

O lócus da pesquisa é Manaus, a capital do Amazonas, apresenta uma população estimada em aproximadamente de 2.182.763 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 0,737. Possui uma taxa de matrícula do Ensino Médio de 108.182 alunos, com uma rede de 174 escolas, ocupando o 8º lugar em arrecadação com R\$ 73.201.651,25. (IBGE, 2019). De tal modo, optou-se pela contribuição e fundamentação de Freitas (2002), Chizzotti (2006), Severino (2016) como relação à sustentação metodológica. Segundo Freitas (2002),

a pesquisa [de natureza] qualitativa e [quantitativa] numa abordagem [perspectiva] sócio histórica consiste pois, numa preocupação de compreender os eventos investigados [a reforma do ensino médio], descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações, inte-

grando o individual com o social (FREITAS, 2002, p. 28 grifos nossos).

Realizar pesquisa requer esforço e compromisso do pesquisador para abrir mão das suas opiniões, e assim, perseguir os princípios e sua relação com a realidade. A pesquisa organizada em quatro grandes etapas articuladas entre si. A primeira, o levantamento bibliográfico; a segunda, pesquisa documental; a terceira, confecção do instrumento e aplicação da entrevista com os pedagogos, em seguida da análise dos dados, e pôr fim a proposta de intervenção, que é a organização do currículo com base na politécnica a ser tratada posteriormente.

A coleta de dados tomou como base fontes primárias e secundárias. Foi iniciada com uma pesquisa bibliográfica cujos títulos expressem, de forma explícita ou implícita, o estudo do tema, validada por criterioso levantamento bibliográfico na literatura científica, por entre textos legislativos e acadêmicos a partir da compilação de trabalhos publicados em revistas científicas, livros, teses, dissertações e artigos científicos.

A aplicação do instrumento de entrevista semiestruturada foi aplicada com 8 (oito) pedagogos, contudo, 1 (uma) entrevista se perdeu por falha do gravador. Em função da pandemia da covid-19, foi difícil entrevistar os técnicos da Secretaria de Educação – SEDUC - que dão assessoria aos pedagogos que estão na escola, então tivemos que readaptar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As desigualdades escolares em seu conjunto refletem as desigualdades econômicas entre regiões, e os dados polarizam norte e nordeste versus sul, sudeste e centro-oeste. Explica-se, em parte, o processo de colonização, em parte a concentração da tecnologia e o financiamento pelos governos em nível municipal e estadual, pela omissão dos governos na região norte. Conforme Sampaio e Oliveira (2015), cabe a União distribuir e monitorar a implementação de políticas educacionais e correlatas para garantir que o país possa combater a pobreza ao equacionar a desigualdade.

Por último, a dimensão de acesso ao conhecimento revela-se pelas taxas de abandono, reprovação e proficiência dos estudantes, ainda que haja indicadores como a Prova Brasil, complementada pelo IDEB 2015 Sampaio e Oliveira (2015) advertem quanto

[...] aos indicadores de desempenho, o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que sintetiza a taxa de aprovação e a média de desempenho dos estudantes no SAEB e na Prova Brasil, pode ser usado para o diagnóstico da desigualdade se compararmos os índices das diferentes escolas ou redes. Porém, ele não considera a desigualdade no interior da escola ou sistema, sendo possível aumentar o índice mesmo com o aumento da desigualdade interna. Diversas vezes, o Ideb serve à lógica de competição entre as escolas – o que pode contribuir para o aumento das desigualdades. (SAMPAIO, OLIVEIRA, 2015, p. 524-525)

Tais apontamentos sugerem que uma proposta pedagógica imputa considerar a desigualdade com relação à formação inicial de professores e a continuada, tanto dentro como fora da escola. E a mesma é voltada para o ensino dos conhecimentos do currículo, da realidade local e das expectativas de continuidades de estudos dos alunos.

A resposta social é de organizar o trabalho educacional com base numa teoria pedagógica, uma vez que a Pedagogia é uma ciência em ação, sobretudo em momentos históricos permeados de rupturas e permanências que tanto afrontam o direito à dignidade humana.

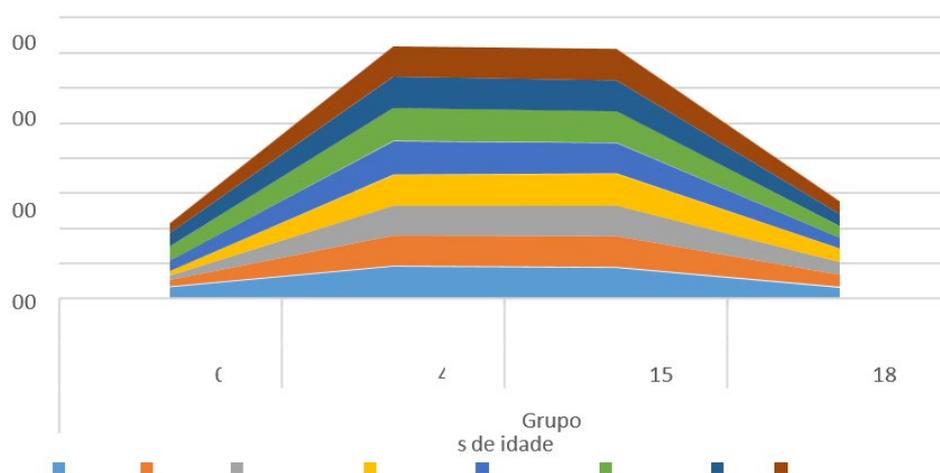
Cozer uma proposta que considere o contexto no qual se insere a escola, os marcos legais ou mesmo a alteração de deles, e sobretudo, questionar-se em meios a tantas contradições: “qual é o papel que a coordenação pedagógica desempenha na escola?”. Pode-se tomar como ponto de partida, primeiro, o debate corrente na franja cotidiana pedagógica: Organizar o trabalho pedagógico com base numa teoria que comporte as contradições sociais, dando sentido à escola para aqueles que dela dependem;

- a. Investir tempo e recursos na formação de professores e instituir uma cultura de formação de professores que possa convergir para o ensino como uma ação planejada, ou seja, com objetivos claros e concisos;
- b. Planejar a ação da escola em médio e longo prazo em termos curriculares, com avaliações regulares para medir avanços e aspectos a melhorar.
- c. O acesso

No caso do EM no Amazonas, considerando as dificuldades de mobilidade apresenta um número razoável, contudo prescreve avanços em função da garantia ao direito de acesso a esta etapa da educação básica. Se comparado entre as cidades da região Norte: Manaus (91,1) fica atrás de Belém (94,5), Tocantins (92,1) e Palmas (91,8). Esses dados sugerem que há jovens amazonenses entre 15 e 17 anos de idade que não estão na faixa de escolaridade obrigatória ou que estão fora da escola.

É sabido que uma população com baixa escolarização impacta diversos setores sociais e, inclusive a economia, mas sobretudo, a qualidade de vida em função da baixa participação social.

Figura 1 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por grupos de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais - 2018



Fonte: Elaboração da própria autora com base nos dados do Inep, MEC (2018).

A desigualdade do acesso à escola revela as condições de vida das crianças e jovens e juntamente expressa diferentes graus nos quais estão imersas regiões e as principais capitais da região Norte.

Contudo, é notório como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF e, substituído pelo Fundo de Manutenção e De-

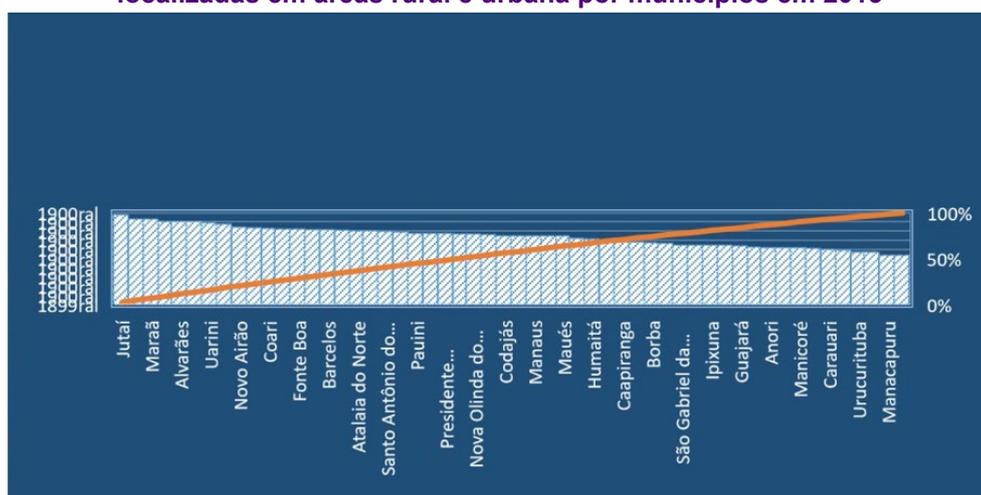
envolvimento da Educação Básica – FUNDEB contribuíram para que a desigualdade de acesso à educação diminuísse entre jovens e adultos. Em contrapartida, a faixa etária de 0 a 5 anos requer maior investimento para que o acesso seja efetivado no Amazonas.

A figura 1, retrata a frequência com relação ao Brasil, a região Norte fica abaixo das outras regiões. Manaus tem uma frequência melhor que a média do estado do Amazonas em função do número de escolas (217).

Com relação ao nível médio, dos 11.947 docentes, 4.946 ministravam aulas nos anos finais e 291 no EM. Logo, é necessária a oferta de condições homogêneas para professores com baixo nível de formação para efetivar um currículo fundado no pensamento científico. Ainda que os aprovados no último concurso forem chamados desde o ano de 2019, há muito a se fazer com relação a esse quesito (INEP, Data escola, 2015).

Com relação à distorção série-idade em escolas estaduais do Amazonas regular, optamos por um recorte mais específico do EM, num comparativo entre as áreas: rural e urbana por município. Assim, os municípios que não aparecem na tabela, não ofertam o ensino médio no ano informado, e outros não possuem informação sobre as taxas de distorção.

Figura 2 - Taxa de distorção série-idade no Ensino Médio em escolas Estaduais do Amazonas localizadas em áreas rural e urbana por municípios em 2015



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do Inep, MEC (2015).

A figura 2, com as taxas de distorção série-idade, mas lembramos da referência a 2015, em função dos dados atuais estarem indisponíveis. Contudo, validados em função de que desconhecemos uma política que delineasse alteração ao longo de cinco anos.

Há dois grupos, um grupo de municípios em que a área rural e urbana apresenta uma pequena diferença em função da quantidade de escolas, não mais que duas na área rural, a exemplo de Manquiri (51,1; 51,3) rural e urbana respectivamente. Um segundo grupo de municípios do Amazonas, que se revela com discrepâncias de quase ou mais 50%, a exemplo de Benjamin Constant, Barcelos, Tapauá e Manaus.

A figura 2 imputa que a distorção série-idade nas escolas urbanas ocorre nas escolas de EM no Amazonas e atinge 41,9% dos estudantes, a exemplo de Nhamundá com 23,1% e Jutaí com 68,3%, sendo 26 municípios com distorção média superior a 50%.

E em 21 cidades, que corresponde a 34% dos municípios do Estado, apresentam distor-

ção série-idade menor que a média estadual, o que perfaz um cenário de 66% dos municípios que apresentam médias de distorção série-idade superior a 41, 9%. Ainda que no nível de EM a distorção urbana seja menor que nas áreas rurais, os dados pedem ações para enfrentar as desigualdades educacionais, pois, a longo prazo, implica na qualidade de vida severamente.

São 59 municípios com matrícula no EM estadual em 2015, dos quais 34, ou 57%, possui distorção série-idade acima da média do Estado, e 18 municípios nos quais a distorção no EM rural supera 80%. As causas, grosso modo, são as condições de vida para trabalhar, produzir o sustento, o que pode incompatibilizar com o sucesso escolar, em termos de estar na série prospectada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo relaciona as políticas educacionais brasileiras, e pela América Latina, desde a década de 1970 replicam o modelo posto pelas agências e organismos internacionais, banco mundial e de reformadores norte-americanos sob uma lógica de privatização da educação. No Brasil há uma resistência no campo da educação, pois os intelectuais entendem os prejuízos sociais e econômicos mediante o processo de colonização e desigualdade sociais endógena.

Diante da tensão que reflete diferentes interesses, o Estado, a favor do capital, tem marcado uma vantagem de imprimir nos marcos legais seus benefícios, contudo, a reação das massas tem dado evidências de resistência, inclusive pela desobediência civil por uma parte, e por outra buscando compreender seu trabalho e fazendo-o ainda melhor. Uma das manifestações na pandemia, que expuseram a fratura da pobreza e da desigualdade social pela falta de atendimento e cobertura dos mais vulneráveis em termos de alimentação e moradia pela ausência de políticas que promovam o combate à pobreza e a desigualdade social.

A implementação, via legislação, de projetos, parcerias e ações governamentais, dentre elas emendas constitucionais, programa de ensino médio inovador, ENEM, PROUNI, FIES, programas reinventando o Ensino Médio, desconsideram os profissionais da educação. Esse quadro remonta a reestruturação capitalista, disparada na década de 1990, que alterando o papel do Estado, impondo à escola uma lógica fabril e gerencialista.

O esforço de tais medidas para enxugar os serviços prestados pelo Estado, com a privatização de parte das estatais brasileiras, demonstra como os bens culturais são concebidos pelos reformadores neoliberais: como prejuízos ao Estado, retirando assim, o que eram direitos sociais para que a dignidade humana fosse minimamente garantida. No Brasil, os reformadores neoliberais utilizam a imprensa e as mídias para configurar como natural e irreversível a privatização o setor público e a concentração de riqueza desvinculada da exclusão social latente.

As reformas empreendidas, no Ensino Médio Brasileiro, de longa data expressam a dualidade social, ou melhor, o viés taylorista — fordista de formação. Tal modelo de formação comporta dois tipos de escola, uma para as massas que acessam conhecimentos mínimos e necessários às funções técnicas do mercado de trabalho; e a segunda, cuja qualificação desenvolve aqueles que exercerão posição de comando, tanto no Estado quanto no sistema privado.

O novo Ensino Médio representa a manutenção da dualidade estrutural do ensino, com novos mecanismos e argumentos sobre a necessidade do mercado e dos jovens de trabalhar,

atendendo aos interesses mais imediatos do mercado.

A privatização do currículo está posta pela Lei n.º 13.415/2017 no que diz respeito à etapa do Ensino Médio, pois assume uma concepção de formação mínima. Por retirar o caráter de formação integral, desconsidera o aluno trabalhador e a importância da educação no combate à desigualdade e à pobreza, retirando também do Estado a responsabilidade de garantir a educação como um direito humano fundamental de acessar os bens culturais.

A primeira evidência que encontramos na pesquisa, no site oficial da Secretaria de Educação, trata de um programa que contrai dívida para o estado do Amazonas, com a justificativa de desenvolvê-lo. Em que o BID define as ações que serão desenvolvidas desde a concepção até a execução, monitorando com visitas in locus e relatórios para checar o que está sendo cumprido, chamado Programa de Aceleração do Desenvolvimento Educacional do Amazonas (PADEAM).

Os dados do Senso Escolar do Amazonas permite situar o contexto do Estado, dentre os Estados da Região Norte que apresenta o desafio de intervir com investimentos e promoção de políticas públicas, no interior do estado, pois, os dados evidenciam a dualidade entre o urbano e rural, quanto mais distante da capital mais os municípios apresentam condições precárias para promover o acesso ao conhecimento em razão das condições intraescolares e ressaltar alguns aspectos, dentre eles: distorção série-idade, infraestrutura, formação de professores saneamento básico, planejamento familiar, acesso à água tratada.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs). Política social: alternativas ao neoliberalismo. Brasília, DF: UnB, 2004. p. 161- 180.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3ª ed. São Paulo: atlas, 1995.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 13-23

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. [Dados referentes ao Censo Escolar 2015.

LIBÂNEO, José C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Heccus Editora, 2015. p. 43-57.

LIBÂNEO, José C; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra (org.). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.69- 119.

PEREIRA, Ricardo Inocêncio; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. Redesenho curricular no Programa Ensino Médio Inovador: recontextualizações da política. In: 2º Fórum Integrado da Pós-Graduação. 2018.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e financiamento das políticas sociais no Brasil. Serviço Social em Revista [Online], Londrina, PR, v. 14, p. 4-22, 2012b.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo Serv. Soc. Soc. no.104 São Paulo Oct./Dec. 2010 <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000400002>

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra de O. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. R. Pol. Públ., São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014

SAMPAIO, G.T. e OLIVEIRA, R. P. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. RBPAE - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. Retratos da escola, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019.